



ACÓRDÃO Nº 1064/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11374/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** Antônio Nelson de Oliveira Junior (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Raysa Soares Affonso-OAB/AM nº 11301, Marcos Roberto Marinho Campos-OAB/AM nº 4492, Arthur da Costa Ponte-OAB/AM nº 11757 e Samuel Martins Freitas-OAB/AM nº 11969.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2874/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Infraestrutura–SEMINF. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Infraestrutura–Seminf, referente ao **exercício de 2016**, de responsabilidade do **Sr. Antônio Nelson de Oliveira Júnior**, Secretário no período de 01/01/2016 a 10/11/2016, e do **Sr. Alyson de Lima Rodrigues**, Secretário no período de 11/11/2016 a 31/12/2016, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso II do art. 22, todos da Lei nº 2.423/96;

10.2. Recomendar à Secretaria Municipal de Infraestrutura – Seminf, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que adote as seguintes providências:

10.2.1. Criar mecanismos capazes de controlar os restos a pagar de exercícios anteriores e observar os ditames do art. 5º da Lei nº 8.666/93, que trata da ordem cronológica dos pagamentos;



ACÓRDÃO Nº 1064/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 10.2.2.** Instruir de forma adequada os processos de aditamento contratual, de modo a comprovar e deixar evidente os motivos ensejadores de sua prorrogação (art. 8, § único e art. 26 da Lei 8.666/93);
- 10.2.3.** Observar estritamente ao art. 60 da Lei 4.320/64, de modo a emitir previamente empenho à realização de despesa.
- 10.3. Determinar** à Secretaria Geral do Controle Externo – SECEX, que observe, por meio das próximas inspeções *in loco* ou via sistema e-Contas, se a Unidade Gestora em epígrafe está cumprindo as recomendações lançadas nos subitens acima;
- 10.4. Dar ciência** ao **Sr. Antônio Nelson de Oliveira Junior** e aos **demaís interessados**, nos termos do artigo 161 da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.5. Arquivar** definitivamente os presentes autos, nos termos regimentais, após o cumprimento dos itens acima.
- 11- Ata:** 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 15 de Outubro de 2019
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral